

DESAFIOS DA INCLUSÃO JUNTO AO PROFESSOR E ALUNO COM DEFICIENCIA¹

THE CHALLENGES OF INCLUSION FOR TEACHERS AND STUDENTS WITH DISABILITIES

Elizangela Oliveira da Silvaⁱ

RESUMO: Este artigo retrata a socialização e a inclusão das crianças com deficiências na educação infantil, com a finalidade de apresentar os principais desafios encontrados na prática da escola. Como referencial teórico, destaca-se Salamanca (1994), Silva (2015) e Rogalsk (2010). A metodologia ancora-se numa abordagem qualitativa como pesquisa de campo, a técnica utilizada foi o questionário, destinado a professores de uma instituição pública, na educação infantil, município de Sinop, MT, no ano de 2024. A partir dos resultados, apresentamos como desafios de inclusão na educação infantil, a falta de profissionais com formação na educação especial e recursos para a realização de atividades. Com isso, conclui-se que os desafios para que haja inclusão está além da abordagem do professor e empatia das crianças.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Educação especial.

ABSTRACT²: This article portrays the socialization and inclusion of children with disabilities in early childhood education, with the aim of presenting the main challenges encountered in school practice. Theoretical references include Salamanca (1994), Silva (2015) e Rogalsk (2010). The methodology is anchored in a qualitative approach as field research, the technique used was the questionnaire, aimed at teachers of a public institution, in early childhood

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **OS DESAFIOS DA PRÁTICA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, sob a orientação da Profa. Dra. Irene Carrillo Romero Beber - Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2024/2.

² Resumo traduzido por Profa. Ma. Priscila Ferreira de Alécio, graduada em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UNEMAT, Sinop). Mestra em Letras (PPGLEtras – UNEMAT).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4180046703299436>.

E-mail: priscila.alecio@sou.ufmt.br.

education, municipality of Sinop, MT, in the year 2024. The results show that the challenges of inclusion in early childhood education are the lack of professionals trained in special education and resources to carry out activities. With this, we conclude that the challenges for inclusion go beyond the teacher's approach and the children's empathy.

Keywords: Inclusion. Early childhood education. Special education.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar significa receber todos os alunos no ensino regular, independentemente da cor da pele, classe social e condições físicas e psicológicas.

A relevância do tema a ser tratado no presente artigo relaciona-se à falta de formação docente para atender a diversidade de necessidades educacionais, tornando-se um problema real que compromete a realização plena da inclusão escolar.

Neste trabalho, apresento como objetivo a análise dos desafios da educação inclusiva e a falta de formação docente, bem como entender a evolução da educação especial para uma inclusiva e ressaltar a deficiência na formação de professores.

Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizada abordagem qualitativa com pesquisa de campo, aplicação de questionário aberto, direcionado a professores e gestores de uma instituição pública de educação infantil no município de Sinop, no início do primeiro semestre do ano letivo de 2024.

Para melhor embasamento do assunto foram mencionados Declaração de Salamanca, Cirlene Maria da Silva e Solange Menin Rogalski.

2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A educação é responsável pela relação social entre os indivíduos, promove um convívio agradável e de qualidade na sociedade, propiciando a agregação do indivíduo com o meio. Conforme Rogalski (2010, p 11), “A educação dá-se em qualquer lugar, na família, nas indústrias, escolas, instituições esportivas, hospitais, em todos os cantos do mundo”.

O direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la.

Diante desses feitos, a educação inclusiva vem garantindo conquistas e avanço nas escolas de ensino regular. A escola pode desempenhar um papel importante na inclusão, criando um ambiente acolhedor para todos os alunos e promovendo o respeito, a compreensão e a valorização das diferenças.

Considerando-se que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político, é preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, como

instituição social, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados. (Rogalski, 2010, p.11)

A garantia de conhecimento e realidade do local em que a escola está situada, não garante uma aceitação passiva, manutenção ou reforma, entretanto garante maior transparência sobre a direção a seguir e estabelece meios para uma transformação e conseqüentemente um método primordial para a avaliação continuada da qualidade da atenção fornecida à criança (Brasil, 1998).

A importância em compartilhar, com a família dos alunos matriculados, as pautas, normas e regras que a escola requer, serve para assegurar a responsabilidade e o envolvimento da sociedade com a educação das crianças. Contudo a escola não deixa seus princípios, regras e valores, apenas partilha. “Eles devem ser de conhecimento das famílias usuárias do serviço, inclusive com clareza na diferenciação de espaços e papéis entre casa e escola” (Brasil, 1998, p. 82).

Sobre necessidades educativas especiais Salamanca (1994, p. 3) apresenta que “As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves”. O documento ressalta ainda que é nesse ambiente que a criança com deficiência (necessidade educacional especial) pode evoluir no plano educativo e progredir na integração social.

As escolas integradoras constituem um meio favorável à consecução da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. (Declaração de Salamanca, 1997, p. 4)

A declaração defende que cada criança, independentemente de sua condição, dificuldade e diferença, pode e deve aprender junto das demais, sem exclusão.

A escolarização integradora é um meio mais eficaz para fomentar a solidariedade entre as crianças com necessidades especiais e seus colegas. A escolarização de crianças em escolas especiais - ou classes especiais na escola de caráter permanente - deveria ser uma exceção, só recomendável naqueles casos, pouco freqüentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando necessário para o bem-estar da criança ou das outras crianças. (Declaração de Salamanca, 1997, p. 5)

A inclusão não consiste apenas em matricular alunos com necessidades especiais na escola, ignorando suas condições únicas. De acordo com Dutra (2013), ao inserir a criança em uma sala de aula é necessário estar atento a suas limitações e necessidades, sem deixar as demais crianças excluídas. Cabe a escola aderir traços de acolhida e incentivo conjuntos, pois o professor e o aluno precisarão de tal contexto para uma ação pedagógica precisa, garantindo assim, com apoio das partes, uma educação de qualidade.

Machado (2020, p.3) afirma que: “Ter a acessibilidade, oportunizar, promover a igualdade e respeitar as diversidades são fundamentais para o desenvolvimento pedagógico e social dos alunos com deficiências em escola de ensino regular”.

De acordo com Silva (2015), um dos maiores desafios principalmente em redes públicas é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Por sua vez, Silva (2008, p. 698) entende que:

[...] para o professor e demais profissionais da educação a responsabilidade de assumir essa demanda na formação continuada e para o estudante da educação especial, o peso das dificuldades encontradas no processo de escolarização e, em muitos casos, do fracasso ocorrido.

Para Silva (2015), não se trata de formar um profissional qualificado especialmente para atuar na educação especial, mas sim, que tenha em seu currículo formativo o conhecimento básico para atuar no processo de escolarização na educação básica regular, com o público real matriculado na escola. Ainda sobre essa questão, Leite (2016, p. 2) afirma que “a inclusão não exige do professor competências de educação especial, mas requer as competências profissionais características da docência e um conhecimento profissional sólido nas suas diferentes dimensões”.

Leite (2016) ressalta ainda que o conhecimento do conteúdo e a didática de abordagem é que garante ao professor novas maneiras de ensinar e formas de expandir a compreensão do conteúdo apresentado aos alunos, garantindo assim pontos de apoio para as novas aprendizagens.

De acordo com Silva (2015), a formação continuada de professores deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a inclusão. Nessa perspectiva:

[...] devem-se assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responderem às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Silva, 2015, p. 141).

No entanto, o autor defende que o professor deve ser capaz de identificar o nível de conhecimento atual do aluno, compreender onde se encontra os desafios de aprendizagem, elaborar atividades, prever maneiras de avaliar, para que as necessidades de todos sejam atendidas e as informações sejam fornecidas aqueles com maiores dificuldades.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi embasada por meio da pesquisa qualitativa. A pesquisa é um método que possibilita mútuas descobertas as quais agregam a um conhecimento já existente. Minayo,

(2001, p. 27), destaca ainda que “o conhecimento adquirido através de uma pesquisa, gera novas indagações que formulam novas pesquisas”.

Com a utilização da abordagem qualitativa, estamos buscando qualidade nas informações, é um estudo direto na fonte com resultados objetivos, não está vinculado com dados numéricos ou suposições. Com isso, cabe destacar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2001, p. 22).

O instrumento de pesquisa escolhido para reunir as informações necessárias para a formação do trabalho foi o questionário, abrangendo perguntas abertas, que tencionavam responder aos objetivos da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram professores e coordenadora, de uma escola pública do município de Sinop, MT, no ano de 2024.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na intenção de trazer os dados da pesquisa, foram descritas algumas respostas dos participantes do estudo.

Questionamos aos professores se, ao se efetivar como docente, teve algum preparo para trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais.

(01) Professora (A): O que aprendi foi adquirido nos meus estágios e pesquisa, mas preparação mesmo para lidar com crianças especiais dentro do ambiente escolar nunca tive.

(02) Professora (B): No magistério aprendi várias práticas, porém, ao enfrentar desafios, cada um busca suas estratégias e conhecimentos sobre a deficiência com a qual estará trabalhando.

(03) Professora (C): Não oferecido pela rede, quando surgiram as necessidades fui buscar conhecimento por meio de leituras.

Referentes as respostas das professoras, ao indagar sobre preparação para a pratica da inclusão, podemos afirmar que as informações concedidas durante a formação do educador tivessem os deixado com um certo despreparo para atender um grupo heterogêneo de crianças.

De acordo com Silva 2015, um dos principais desafios das escolas principalmente as de rede pública, é a formação adequada de professores para trabalhar com alunos portadores de deficiência física ou necessidades especiais. Diante desta realidade Silva (2015, p. 9) aponta que “Nesse sentido, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a inclusão”.

Seguindo esta perspectiva de inclusão, devemos apontar a importância da participação dos familiares no desenvolvimento educacional da criança. A Declaração de Salamanca (1997, p. 13), sobre interação com os pais, destaca:

A educação de crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa compartilhada por pais e profissionais. Uma atitude positiva dos pais ajuda a integração escolar e social. Os pais de uma criança com necessidades educativas especiais precisam de apoio para poder assumir suas responsabilidades. A função das famílias e dos pais poderia ser melhorada, facilitando-se a informação necessária de forma simples e clara; satisfazer a suas necessidades de informação e de capacitação no atendimento aos filhos é uma tarefa de singular importância em contextos culturais com escassa tradição de escolarização.

Desta maneira, é crucial que o professor tenha conhecimento sobre como se dá a relação de pai e filho, pois o acolhimento e aceitação da família é um dos principais contribuintes para uma boa atuação da escola na educação integradora da criança com deficiência.

Avançando sobre esta abordagem, foi questionado se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em questão contempla os aspectos relacionados a inclusão, tais como: esclarecimento aos pais, professores e comunidade em geral no que diz respeito ao convívio e aos direitos das crianças com deficiência.

Logo as respostas dos professores (A), (B) e (C), foram positivas, afirmando que o referido documento apresenta tais informações.

A Declaração de Salamanca (1997) apresenta em documento sobre gestão escolar, que uma boa diretoria escolar deve contar com a participação sagaz e produtiva dos professores e do pessoal, pois estabelecer relação entre pais e comunidade garante um trabalho em equipe e assegura que as necessidades dos alunos sejam atendidas.

A importância e necessidade de envolver a comunidade na educação integradora de crianças portadoras de necessidades especiais está presente em grande maioria das escolas abertas para educação inclusiva, Rogalsk (2010, p. 26) apresenta que:

[...] É importante um trabalho de conscientizar toda sociedade, priorizando a escola na percepção de que os alunos devem respeitar as diferenças, todos têm os mesmos direitos, apesar de o Brasil ser um País muito preconceituoso. No entanto, não podemos perder o foco principal do processo de ensino e aprendizagem que é promover o alunado à construção do conhecimento.

Na sequência, questioneei sobre o seguinte ponto: na sua opinião, qual o papel da escola no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

(04) Professora (A): A escola tem um papel fundamental que é fazer com que essa criança tenha um desenvolvimento tranquilo e de qualidade.

(05) Professora (B): Oferecer suporte para o aluno e professor.

(06) Professora (C): Fundamental, pois na escola a criança se sentirá pertencente a um grupo social e se a inclusão ocorrer de fato suas particularidades serão respeitadas.

De acordo com as professoras A e C, o papel da escola é fundamental, já que a criança precisa se sentir pertencente aquele ambiente, por isso a importância de uma instituição preparada para atender a diversidade e particularidade de cada criança. Silva (2015, p.11) ressalta que: “As escolas precisam estar capacitadas para receberem seus alunos tendo em vista um ambiente organizado, programações diferenciadas, material pedagógico diversificado e, principalmente, um clima de aceitação de diferenças interpessoais”.

Voltado para o local onde está inserida a instituição integradora, Rogalsk (2010, p.11) apresenta: “Considerando-se que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político, é preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados”.

Entende-se que a autora se refere a políticas públicas que deveriam favorecer a estabilidade escolar através de recursos que o governo fornece, entretanto, existe uma desigualdade nessa distribuição que vem a prejudicar as instituições, levando a falta de recursos e de materiais para o bom desenvolvimento da escola. Isso nos leva a resposta do professor (C), que afirma que a escola deve oferecer recursos para o aluno e professor.

Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (1997, p. 1) proclama que “[...] os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades”. A Declaração também apela no sentido de se “[...] dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais” (Declaração de Salamanca, 1997, p. 2).

Quando se diz respeito aos professores, a Declaração de Salamanca (1997, p. 2) continua em seu apelo: “[...] assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educativas especiais nas escolas integradoras”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da educação inclusiva nas escolas com crianças portadoras de deficiência é uma realidade que precisa ser aceita por todos, pois, ainda falta aceitação de grande parte das pessoas e da sociedade em geral, a qual discrimina muitas das vezes a presença de crianças com necessidades especiais junto aos demais indivíduos considerados “normais” e sem deficiência.

Em relação aos resultados encontrados no desenvolvimento desse estudo, pode-se destacar que os objetivos almejados tiveram êxito. Averiguou-se que a educação inclusiva está se habituando gradativamente no espaço de educação regular, visto que, para as instituições, vem sendo um grande desafio a sua prática.

Diante das respostas dos envolvidos na pesquisa vimos que, para a maioria dos professores, o maior desafio refere-se à formação, que em sua demanda não apresenta recursos metodológicos necessários para a futura prática docente. Apresenta ainda, a importância da participação da família no desenvolvimento educacional da criança.

Destaca-se também a importância das políticas públicas referentes a educação inclusiva, as quais devem ser voltadas ao investimento para a formação continuada, permanência dos profissionais e adaptação dos espaços escolares para atender as especificidades da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. 42 f. Monografia. (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2013.
- LEITE, Teresa. Formação de professores para a inclusão. **Anais [...]**. Congresso Internacional Escola Inclusiva-Educar e formar para a vida independente. CERCICA: Cascais (Portugal), 2016.
- MACHADO, I. G. G. Inclusão de crianças com deficiências na escola: concepção das professoras da educação infantil. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 83–92, 2021. DOI: [10.30681/reps.v12i1.10316](https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10316). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10316>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.
- SILVA, Cirlene. Os desafios da educação inclusiva e a escola hoje. **Anuário Acadêmico-científico da UniAraguaia**, v. 3, n. 1, p. 133-146, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Estado de Mato Grosso por me oportunizar a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em 2019, e no Programa Residência Pedagógica, em 2021, os quais fazem parte da política nacional da formação de professores do Ministério da Educação (MEC) que visam proporcionar aos alunos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de Educação Básica.

Recebido em: 3 de junho de 2024.

Aprovado em: 18 de junho de 2024.

<https://doi.org/10.30681/reps.v15i3.12602>

¹ **Elizangela Oliveira da Silva**. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2024/2. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2659543277328407>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3479-9128>

E-mail: elizangela.oliveira@unemat.br